

Relações familiares e práticas maternas de mau trato e de negligência

MARIA MANUELA CALHEIROS (*)
MARIA BENEDICTA MONTEIRO (*)

INTRODUÇÃO

Duas alternativas não mutuamente exclusivas têm sido propostas para explicar o impacto das relações familiares e maritais no desenvolvimento da criança.

Na primeira, os modelos teóricos conceptualizam o funcionamento familiar como uma influência indirecta no ajustamento da criança, que opera através dos efeitos na qualidade da parentalidade (Fauber & Long, 1991; Rutter, 1994). As rupturas e mudanças na família, a discórdia marital e familiar e a violência doméstica têm sido implicadas nos estudos como factores potenciais que interferem negativamente nos processos de parentalidade, e que conduzem a mudanças efectivas na qualidade das relações pais-filhos, na falta de disponibilidade emocional, e na adopção de estilos parentais menos capazes (Belsky, 1984; Easterbrooks & Emde, 1988).

Um segundo modelo (Cummings & Davies, 1994; Grych & Fincham, 1990) foca os efeitos directos da observação de conflito na família pelas crianças,

mais do que os efeitos indirectos através das práticas parentais.

Porque o objectivo do estudo que vamos apresentar recai sobre a análise dos efeitos da estrutura e das relações familiares nas práticas maternas, foi à literatura relativa à primeira abordagem, cujo corpo de investigação suporta a visão de que estes dois sub-sistemas familiares (e.g., pais-filhos e marido-esposa/família) estão relacionados, que recorreremos para definir os objectivos específicos dos modelos que testamos.

Teoricamente, duas hipóteses têm sido oferecidas para explicar estes efeitos: a hipótese de extravasamento (*spillover*) e a hipótese compensatória. De acordo com a perspectiva do extravasamento, o comportamento num sub-sistema transfere-se para outro sub-sistema (e.g., do sub-sistema marital para o sub-sistema pais filhos) (e.g., Easterbrooks & Emde, 1988). Pelo contrário, a hipótese compensatória sugere que as relações positivas pais-filhos podem ser mantidas, mesmo face a um conflito marital, e podem servir como um factor de protecção (*buffer*) para a criança.

Contudo, a hipótese de extravasamento, que a partir das teorias dos sistemas (e.g., Feldman, Wentzel, Weinberger, & Munson, 1990) posiciona as interacções familiares e as interacções pais-filhos como interdependentes é aquela que a meta-análise desenvolvida por Erel e Burman (1995), confirma mais

(*) Centro de Investigação e de Intervenção Social e Departamento de Psicologia Social do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.

claramente. Os pais podem tentar minimizar o problema nos filhos limitando-lhes as oportunidades de observarem o conflito e disputas parentais; contudo, como Erel e Burman sugerem “they cannot shield them from the negative impact that marital discord has on the parent-child relationships” (p. 128). De facto, muitos estudos sobre famílias no primeiro casamento referem que a qualidade marital está positivamente relacionada com respostas adequadas por ambos os pais (Cox, Owen, Lewis, & Henderson, 1989) e com atitudes positivas dos pais em relação aos filhos (Cox et al., 1989). Por sua vez, muitos estudos têm mostrado uma ligação entre *stress* e conflito familiar e problemas na relação pais-filhos (Faubert & Long, 1991; Harrist & Ainslie, 1998), incluindo o afecto negativo das mães com os filhos (Kerig, Cowan, & Cowan, 1993), pouco carinho (Vandewater & Lansford, 1998), aumento da rejeição e hostilidade (Harold & Conger, 1997) e menos envolvimento e sensibilidade parental (Owen & Cox, 1997). Os pais nestes contextos familiares estão menos atentos às necessidades dos filhos (Goldberg & Easterbrooks, 1984), utilizam menos disciplina efectiva (Jouriles & Farris, 1992) e mais controlo e maior arbitrariedade (Belsky, Youngblade, Rovine, & Volling, 1991; O’Brien & Bahadur, 1998), e são menos eficazes na resolução dos problemas familiares (Capaldi, Forgatch, & Crosby, 1994).

Uma vez que se pretende analisar a relação entre os contextos de socialização da família, as relações familiares e a parentalidade, as propostas de Belsky (1984), que definem a parentalidade através de um sistema múltiplo de potenciadores e amortecedores de risco aos diferentes níveis de análise (exo e micro-sistémicos), servem como linhas orientadoras na formulação do modelo que vamos testar. Dois objectivos gerais presidiram à selecção das variáveis nele incluído.

Em primeiro lugar, porque muitos dos acontecimentos significativos ocorrem no contexto, a investigação nesta área tem concluído que a estrutura familiar, assim como factores exossistémicos como a desvantagem económica e o número elevado de factores de *stress* e acontecimentos de vida negativos, tanto estão associadas a violência doméstica e disfunção familiar (Kantor & Jasinski, 1998), como ao mau trato e negligência (Coulton, Korbin, Su, & Chow, 1995).

A maior parte dos estudos que tem examinado a associação entre a qualidade percebida das relações

nos sub-sistemas familiares e parentais tem sido conduzida com famílias intactas (primeiro casamento) e caucasianas (Erel & Burman, 1995; Fine & Kurdek, 1995), e menos com famílias com outras estruturas familiares e famílias maltratantes e negligentes. De facto, a investigação relativa aos efeitos da relação marital e violência familiar na área do abuso tem sido desenvolvida, sobretudo, com pais maltratantes e não negligentes, e desenvolve-se na perspectiva dos efeitos directos sobre a criança e não tanto sobre a parentalidade (e.g., Cummings & Davies, 1994). E enquanto parece haver consensualidade crescente em relação à importância da qualidade e nível de satisfação no sub-sistema conjugal para o funcionamento de outros sub-sistemas, sendo apontado por vários autores (e.g., Erel & Burman, 1995; Lindahl, Clemants, & Markman, 1997) que já não existe a necessidade de se estudar a relação entre casamento e parentalidade, a mesma certeza não é generalizada às relações em famílias reconstituídas ou monoparentais. Existem razões para acreditar que a natureza das relações entre estes sub-sistemas pode ser particularmente importante nas famílias reconstituídas e monoparentais, e mais importante ainda quando estas apresentam padrões de parentalidade abusiva. De acordo com a perspectiva que analisa a estrutura familiar, as mudanças na estrutura (i.e., primeiro casamento para monoparental ou família reconstituída) podem levar a mudanças económicas, sociais e parentais (i.e., comportamentos parentais) que por sua vez afectam o desenvolvimento da criança (Fine, Voydanoff, & Donnelly, 1993). Acresce a constatação da elevada percentagem de agregados não intactos (reconstituídas e monoparentais) nas famílias maltratantes e negligentes portuguesas (Calheiros, 2006), e a importância que estes factores têm assumido na explicação da parentalidade abusiva (Guillham et al., 1998).

Em segundo lugar, diferentes autores (e.g., Erel & Burman, 1995; Lindahl et al., 1997) referem que ao nível dos factores micro-sistémicos, não só a qualidade do funcionamento e nível de satisfação no sub-sistema conjugal, mas também o funcionamento da família como um todo, determinam outros sub-sistemas. A natureza interdependente e recíproca das relações familiares sugere que a satisfação marital dos pais pode afectar o funcionamento de outros elementos familiares e vice-versa, podendo jogar um papel central a coesão

e estabilidade de toda a família na parentalidade (Feldman et al., 1990). Além do mais, muitos estudos que investigam os efeitos da relação familiar e marital nas relações pais-filhos e ajustamento das crianças avaliam mais a satisfação do que o conflito (Grych & Fincham, 1990). Contudo, a frequência e gravidade da agressão conjugal e familiar têm covariado com a frequência e gravidade da agressão nas crianças (Shipman, Rossman, & West, 1999) e dos estilos relacionais dos pais com os filhos (Fauber, Forehand, Thomas, & Wiersen, 1990). A este propósito, Fauber e col. (Fauber et al., 1990) definem três mecanismos sobre a forma como o conflito interparental ou familiar pode alterar o comportamento parental com as crianças. Primeiro, o conflito pode levar a uma diminuição na consistência e efectividade das práticas disciplinares (i.e., “*lax*” parentalidade). Segundo, o conflito pode levar ao desligamento ou mesmo à rejeição da criança. Terceiro, este conflito pode resultar no aumento do uso de estratégias de controlo psicológico e emocional de forma a segurar e manter uma aliança forte e suporte da criança.

Desta forma, temos como objectivo específico analisar a importância da violência na família, assim como a percepção do ambiente familiar (coesão e conflito), a partir da avaliação materna sobre as relações familiares, considerando-se a família como um sistema único. No conjunto, consideramos estas três variáveis como intervenientes na relação entre o contexto de socialização familiar (estrutura familiar, classe social e acontecimentos de vida) e as relações mães-filhos.

MODELO: CONTEXTO EXO-SISTÉMICO, ESTRUTURA FAMILIAR E PRÁTICAS MATERNAS ABUSIVAS – O PAPEL MEDIADOR DAS RELAÇÕES FAMILIARES

Os investigadores na área da família têm identificado vários factores relacionados com a qualidade das relações e violência familiar, sobretudo na área da agressão física nos casais (e.g., Byrne & Arias, 1997). Muitos destes factores são sócio-estruturais na sua natureza, e embora as medidas demográficas sejam muitas vezes empregues como índices de classe social no estudo das práticas parentais, outro tipo de investigação (e.g., Conger, McCarty, Yang, Lahey, & Kropp, 1984) sugere que estas variáveis

devem ser definidas como indicadores crónicos de *stress* de vida.

Estes factores de *stress* têm mostrado um impacto negativo no comportamento parental, assim como no bem-estar psicológico em geral (idem). Um corpo substancial de investigação mostra, claramente, que a qualidade das relações entre membros da família é vulnerável às influências do meio, tais como a pobreza, as perdas económicas repentinas, e acontecimentos de vida que implicam *stress* (Conger et al., 1992; Erel & Burman, 1995; Shipman et al., 1999).

Recentemente, o estudo conduzido por Shipman e col. (Shipman et al., 1999) confirma a ideia de que a violência familiar ocorre num contexto mais geral de disfunção familiar. Os resultados referem que um número elevado de factores de *stress*, em combinação com a desvantagem socio-económica, distingue famílias violentas das não violentas, quer entre cônjuges, quer de pais para filhos. Também Guillham e col. (Guillham et al., 1998) referem a importância do desemprego e da monoparentalidade, como variáveis de interesse na relação com diferentes categorias de mau trato e negligência, sendo que o desemprego explica dois terços da variância total dos índices das duas categorias de práticas abusivas.

Relativamente ao estudo das relações familiares, a investigação empírica suporta a ideia de que o ambiente familiar pode dar aos pais os recursos emocionais necessários para criar meios familiares adequados, assim como relações parentais adequadas e consistentes.

Uma relação familiar de apoio pode, claramente, facilitar a capacidade dos pais para se envolverem num padrão educacional positivo. Particularmente interessantes para esta hipótese são os resultados de Feldman e col. (1990), que relatam ser sobretudo para as mães que estas relações assumem importância na gestão familiar. A satisfação das mães está positivamente correlacionada com o funcionamento familiar, com a ligação entre os elementos da família, com o envolvimento nas tarefas, com os níveis de envolvimento com as crianças e com baixos níveis de hostilidade na família. Acresce a ideia referida por Thomson e col. (Thomson, McLanahan, & Curtin, 1992), que os problemas apresentados pelas crianças de famílias reconstituídas, quando comparados com os de crianças do primeiro casamento, se devem a factores de comunicação familiar, e não tanto à estrutura e

composição familiar, sobretudo se estas incluírem as mães biológicas.

Uma vez referida a importância da percepção sobre o ambiente familiar passamos agora à literatura relativa à agressão e conflito na família.

McCloskey e col. (McCloskey, Figueredo, & Koss, 1995) para examinarem os efeitos da violência doméstica nos comportamentos parentais, mediram o apoio dado às crianças pelas mães, através da avaliação destas, assim como directamente com as crianças. Os resultados indicam que as famílias violentas dão menos apoio às crianças do que as famílias não violentas, e que quando o suporte ocorre compensa nas crianças o efeito negativo da violência. Graham-Bermann e Levendosky (1998) compararam mulheres agredidas com não agredidas e encontraram maior punição dos filhos nas primeiras. Finalmente, estes autores referem que, tanto o abuso físico como o psicológico afecta de forma negativa o funcionamento psicológico das mulheres que, por sua vez, está negativamente relacionado com o comportamento parental e com o funcionamento da criança. Em contraste, dois estudos não encontraram efeitos da violência doméstica nos comportamentos parentais. Holden e Ritchie (1991), numa amostra de 37 mulheres, mediram variáveis parentais cognitivas, de afeição física, de punição e um índice de comportamento negativo de educação, e não encontraram diferenças entre as mulheres batidas e não batidas. Sullivan e Bradbury (1997) afirmam que a gravidade da violência doméstica não está relacionada com o *stress* parental nas mulheres batidas, ao avaliarem as estratégias de disciplina ou disponibilidade emocional e psicológica destas com as crianças. Verificaram, contudo, que o aumento de disponibilidade emocional e física da mãe estava relacionada com o bem-estar da criança.

Relativamente ao conflito, Fauber e col. (Fauber et al., 1990), depois de avaliarem famílias intactas e famílias divorciadas, referem que o conflito é maior nas famílias divorciadas. O conflito contribui para explicar o controlo psicológico e a rejeição/separação e não a negligência. Embora o conflito explique igualmente o controlo psicológico nos dois grupos, o conflito explica mais a rejeição nos divorciados do que nos intactos. Outras investigações sugerem também que a relação negativa entre conflito e ajustamento nos filhos é mais forte entre casais divorciados do que entre famílias intactas (Forehand, Brody, Long, Slotkin, & Fauber, 1986),

resultado consistente com as explicações de *stress* acumulado (O’Leary & Emery, 1984).

Com uma metodologia bem diferente do estudo anterior, Kitzmann (2000) usa um paradigma experimental com casais envolvidos em situações de discussão conflituosa e em situações agradáveis, sendo posteriormente observados em interacção com os filhos. Os resultados indicam um número significativo de pais que mostram um estilo de parentalidade “democrática”, depois de situações positivas e que, após passarem para a situação de conflito, mudam para interacções “não democráticas”, de pouco suporte e pouco envolvimento com os filhos.

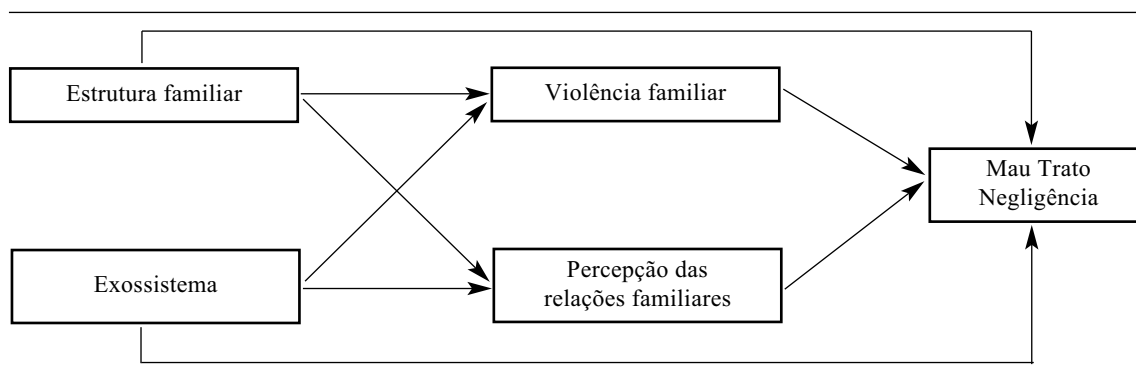
Os estudos que acabamos de referir representam uma pequena parte da investigação empírica que, nas duas últimas décadas, evidencia que a violência doméstica e os padrões relacionais de conflito na família estão relacionados com o mau trato às crianças. Contudo, à excepção dum estudo desenvolvido recentemente por McGuigan e Pratt (2001), que refere também a importância da violência doméstica na predição do mau trato psicológico e na negligência, pouco é conhecido acerca da co-ocorrência destas vivências familiares e outros tipos de parentalidade abusiva. Poucos estudos têm controlado os múltiplos factores de risco associados quer à violência doméstica, quer ao mau trato e à negligência. E menos se sabe, ainda, sobre os processos que podem estar associados a esta co-ocorrência, quer nas famílias maltratantes, quer nas negligentes.

Por isso, passamos agora a apresentar o modelo que integra estas variáveis micro-sistémicas com as variáveis do exossistema e que têm sido pensadas como influenciando quer directamente, quer indirectamente, as relações parentais.

Embora os factores do exossistema, e mais concretamente, o estatuto socioeconómico e os acontecimentos de vida negativos (medida global) se tenham mostrado relacionados com os comportamentos parentais (Levendosky & Graham-Bermann, 2000; Shipman et al., 1999), no modelo que apresentámos (Figura 1) testa-se também a hipótese de que a violência doméstica e as relações familiares de conflito ou de coesão predizem os comportamentos parentais, mesmo controlando os efeitos daqueles factores exo-sistémicos.

FIGURA 1

Modelo das relações familiares (violência, coesão e conflito) na relação entre a estrutura familiar e variáveis do exossistema (acontecimentos de vida e nível socioeconómico) e as práticas maternas abusivas



MÉTODO

Participantes

A presente investigação inclui 102 mães. 79 mães maltratantes e negligentes sinalizadas a Instituições de Protecção de Menores e 23 mães não sinalizadas, que compõem o grupo sem mau trato e negligência, seleccionadas a partir do preenchimento do “Questionário de Avaliação do Mau Trato, Negligência e Abuso Sexual” (Calheiros, 2006). Os agregados maternos são constituídos por famílias monoparentais (N=19, 18,6%), nucleares (N=61, 59,8%) e reconstituídas (N=22, 21,6%). As crianças, de sexo masculino (N=59; 57,8%) e feminino (N=43; 42,2%), têm idades compreendidas entre os 6 e 12 anos, sendo 30 de seis e sete anos (29,4%), 23 de oito e nove anos (22,5%) e 49 de dez, onze e doze anos (48%).

Procedimento

As mães foram convocadas pelas instituições (pelo Instituto de Reinserção Social e Comissões de Protecção de Menores no caso das participantes com sinalização, e pelas escolas no grupo não sinalizado) para participação num estudo sobre educação na grande zona de Lisboa.

Para evitar enviesamentos devidos ao questionamento de um único informante, este estudo utilizou

múltiplas fontes para a recolha dos dados (mães, professores e técnicos).

A recolha dos dados de avaliação do mau trato, negligência e abuso sexual e da violência doméstica foi obtida com os técnicos das Instituições de Protecção de Menores e professores através do preenchimento do “Questionário de Avaliação do Mau Trato, Negligência e Abuso Sexual” a partir dos processos individuais da criança.

A recolha dos dados com as mães foi realizada presencialmente, através de questionários aplicados pela investigadora.

Os instrumentos que serviram para avaliação com as mães foram construídos em duas versões: para mães com escolaridade e sem escolaridade. A parte que corresponde aos questionários com respostas fechadas, no caso das mães sem escolaridade, era apresentada pela investigadora com o auxílio de material de apoio com as respectivas escalas de resposta.

Instrumentos

Mau trato e negligência. O “Questionário de Avaliação do Mau Trato, Negligência e Abuso Sexual” inclui 19 itens que avaliam a gravidade e frequência de diferentes dimensões de parentalidade abusiva: Negligência Física, Falta de Supervisão, Negligência Educacional, Mau Trato e Abuso Sexual. Cada um dos itens é composto por quatro descritores de níveis de gravidade crescente que ocorrem

sobre uma escala de frequência (desconhecido/nunca, uma vez/muito raramente, algumas vezes, frequentemente e muitas vezes/situação corrente). Os itens cujos descritores são assinalados como nunca tendo ocorrido, como “desconhecidos” ou suspeitos, mas não confirmados, são cotados com zero (0). Os itens cujos descritores estejam presentes são cotados, em primeiro lugar, pelo nível de gravidade superior apresentado e, em segundo lugar, pela frequência com que esse indicador aparece. Assim, cada item pode ser cotado numa escala de 4,5 pontos (0 na situação de todos os indicadores ausentes, 1 na situação de o primeiro nível de gravidade se apresentar com uma frequência baixa (uma vez/muito raramente ou algumas vezes), 1.5 na situação de este mesmo indicador se apresentar frequentemente ou ser uma situação corrente, 2, 2.5, 3, 3.5, ou 4, 4.5 consoante a gravidade dos indicadores e a sua frequência).

A dimensão denominada “Negligência Física” é definida por falta de provisão em relação às necessidades básicas da criança através de omissões parentais relacionadas com as áreas de acompanhamento do bem-estar físico dos filhos. Este factor de negligência física reúne, assim, as áreas de saúde e acompanhamento médico, de higiene corporal e de vestuário, alimentação, e as condições e cuidados diários com os espaços e habitação. A “Falta de Supervisão”, integra itens de negligência através de omissões parentais em relação aos cuidados com a segurança física, acompanhamento na ausência

dos pais, socialização e estimulação. A “Negligência Educacional” inclui omissões dos pais em relação às áreas de frequência e acompanhamento escolar, supervisão em relação às necessidades de desenvolvimento e a negligência nos problemas de comportamento e de desenvolvimento. A dimensão denominada “Mau Trato”, reúne todas as acções de violência física em relação à criança. A este tipo de mau trato, físico na sua natureza e consequências, junta-se o mau trato psicológico (verbal) ofensivo para a criança, definido por actos de comunicação verbal que denigrem, e que têm o potencial de perturbar atributos psicológicos, como a auto-estima, por exemplo. O “Abuso sexual”, é constituído por um único item que integra os diferentes níveis de abuso sexual perpetrado pela família à criança. Pelas suas características, este factor foi excluído neste estudo.

Para compreender as inter-relações entre os factores de primeira ordem encontrados no estudo anterior do questionário (Calheiros, 2006), e encontrar a estrutura conjunta destas práticas parentais, procedeu-se a uma análise factorial de segunda ordem, usando os factores de falta de supervisão, negligência educacional, negligência física e mau trato.

Esta análise de segunda ordem resultou em dois factores, apresentados no Quadro 1.

O primeiro factor denominamo-lo “Negligência” e reúne os três factores de negligência.

O segundo factor inclui somente a dimensão anterior de “Mau Trato”, retendo-se por isso essa

QUADRO 1
Estrutura factorial dos factores de segunda ordem

	Factor 1 Negligência	Factor 2 Mau Trato
Falta de Supervisão	.84	
Negligência Educacional	.81	
Negligência Física	.67	-.51
Mau Trato		.92
Variância (Total=74.07)	45.51	28.56
Alpha de Cronbach	.67	

QUADRO 2
Médias, desvios-padrão e valores máximos e mínimos dos cinco factores

Factores	Média	Desvio Padrão	Máximo (4.5)	Mínimo (0)
Negligência	1.36	1.11	3.7	.0
Mau Trato	1.52	1.27	4.3	.0

designação. A negligência física está negativamente correlacionada com o segundo factor, sendo retida na dimensão de “Negligência” pela proximidade teórica com aquele factor.

O Quadro 2 descreve os valores médios assumidos pelos dois factores.

A análise das médias e das distribuições dos factores permite concluir que o factor de negligência apresenta uma distribuição com uma média real mais baixa do que a média teórica, que embora seja simétrica ($\text{Skewness/erro d-p}_{\text{negligência}} = 1.43$), não apresenta uma distribuição normal, uma vez que a curva de distribuição de frequências é platicúrtica ($\text{Kurtosis/erro d-p}_{\text{negligência}} = -2.25$). O factor “mau trato” apresenta uma média real também mais baixa que a média teórica, com uma distribuição assimétrica positiva enviesada à esquerda e mesocúrtica ($\text{Skewness/erro d-p}_{\text{mau trato}} = 2.26$; $\text{Kurtosis/erro d-p}_{\text{mau trato}} = -1.92$), o que indica que a medida de tendência central se aproxima dos valores médios da frequência e gravidade do mau trato, embora, como a negligência, não apresente uma distribuição normal.

Nível Socioeconómico da Família. A partir do sistema de notação social das famílias de Graffard (cit. in Gomes Pedro, 1982) utilizaram-se quatro itens (escolaridade/profissão, rendimento, habitação e bairro de residência) para a construção de um indicador de nível socioeconómico (alfa de Cronbach=.81). A escala de nível socioeconómico integrou, assim, cinco níveis (1=baixo e 5=alto) determinados pela soma dos valores atribuídos a cada um dos critérios parciais (1=4 a 7; 2=8 a 10; 3=11 a 13; 4=14 a 16 e 5=17 a 20).

Percepção do ambiente familiar. O questionário sobre a “Percepção do Ambiente Familiar”, construído com base em três sub-escalas – coesão, conflito e expressão – da dimensão “relacional-familiar” da “Escala de Ambiente Familiar” (FES-R) de Moos e Moos (1986), contém dez itens que avaliam, numa escala de 4 pontos (quase sempre

(4), muitas vezes (3), algumas vezes (2) e quase nunca (1)), duas das dimensões propostas pelo autor: Conflito e Coesão/Expressão (Calheiros, 2006).

A dimensão “Conflito” é definida por seis dos oito itens iniciais que constituem a dimensão designada *a priori* com o mesmo nome. Tal como os autores, definimos esta dimensão como uma medida de expressão aberta de ira, agressão e conflito entre os membros da família. A dimensão “Coesão/Expressão”, reúne itens iniciais relacionados com a comunicação e expressão directa e aberta de sentimentos e os itens de coesão e expressão de confiança, apoio e suporte familiar.

Violência doméstica. A violência doméstica foi avaliada pelos técnicos das Instituições de Protecção de Menores e professores através de quatro itens (1. conflitos maritais fisicamente não violentos – exemplo: gritos, choro, insultos entre o casal; 2. conflitos conjugais/familiares fisicamente violentos – exemplo: episódios de agressão física; 3. explosões violentas e comportamentos dos adultos extremamente inadequados e imprevisíveis – exemplo: estado alcoolémico; 4. violência conjugal/familiar extrema onde ocorrem ferimentos nos adultos). Cada item era avaliado numa escala de frequência que variava entre (1) nenhuma a (5) muitíssima.

Acontecimentos de vida. Perante um conjunto de 27 possíveis acontecimentos de vida na família, representativos de situações positivas, neutras e negativas, seleccionados a partir de um instrumento que avalia os acontecimentos de vida na família (Family Inventory of Life Events and Changes – File; Patterson & McCubbin, 1983), as mães eram questionadas se estes tinham ocorrido e sobre o impacto ou efeito no bem-estar pessoal e familiar (escala de 1=muito negativo; 2=mais ou menos negativo; 3=nem positivo nem negativo; 4=mais ou menos positivo; e 5=muito positivo).

Posteriormente foi criado um índice de “acontecimentos de vida negativos” que varia entre 1 e 6.

RESULTADOS

Para examinar as relações multivariadas entre as variáveis especificadas nos modelos de mediação, foram usadas análises de regressão sequenciais. Segundo Baron e Kenny (1986), para concluir que existe uma relação mediadora é necessário encontrar as seguintes condições: 1. Relações significativas entre os preditores (variáveis independentes) e o resultado (variáveis dependentes); 2. Relações significativas entre as variáveis independentes e as variáveis mediadoras; e 3. Relações significativas entre as variáveis mediadoras e as variáveis dependentes, quando todas as variáveis entram na mesma equação e estas relações reduzem o efeito directo dos preditores nos resultados. Nos casos em que estas condições de mediação estão satisfeitas, calculam-se, então, os efeitos indirectos, os erros e o nível de significância estatística, usando a fórmula descrita por Sobel (1982).

O modelo que examinámos (Figura 1) envolveu a estrutura da família, os acontecimentos de vida negativos na família e o nível socioeconómico como variáveis preditoras, a violência na família e a percepção do ambiente familiar (através das dimensões coesão e conflito), como variáveis mediadoras, e as práticas maternas de mau trato e negligência como variáveis dependentes.

Seguindo o plano definido anteriormente, primeiro regrediu-se cada uma das medidas das variáveis dependentes (práticas maternas) sobre as variáveis exo-sistémicas (acontecimentos de vida e nível socioeconómico da família) e estrutura familiar, para testar os efeitos directos (condição 1). Uma vez estabelecidos os efeitos directos, as relações familiares (coesão e conflito) e violência doméstica foram regredidas nas variáveis exo-sistémicas e estrutura familiar, para testar a primeira relação na sequência mediadora do modelo (condição 2). Finalmente, a última análise envolve regressões para cada medida das variáveis dependentes, incluindo simultaneamente as variáveis preditoras e mediadoras. A demonstração da relação de mediação deverá incluir um efeito directo das variáveis mediadoras nas variáveis dependentes e a diminuição da relação directa entre as variáveis preditoras e as variáveis dependentes nestas equações finais (condição 3).

RELAÇÕES ENTRE AS VARIÁVEIS

Com a excepção da variável categorial estrutura familiar¹, que não apresenta relações com as restantes variáveis continuas – o teste Kruskal Wallis indica

¹ A variável estrutura familiar está organizada em três categorias: monoparental (N=19, 18,6%), nuclear (N=61, 59,8%), reconstituída (N=22, 21,6%).

QUADRO 3

Correlações, médias e desvios-padrão das variáveis de relação familiar (violência, coesão e conflito), variáveis do exossistema (acontecimentos de vida e nível socioeconómico) e práticas maternas abusivas

	Acont. Vida	Socioeconómico	Violência	Conflito	Coesão	Mau Trato	Negligência
Acont. Vida	—	-.34***	.44***	.37***	-.30**	.26**	.41***
Socioeconómico			-.32***	-.37***	.44***	-.17	-.66***
Violência				.45***	-.47***	.35***	.51***
Conflito					-.54***	.28**	.44***
Coesão						-.35***	-.42***
Mau Trato							.30**
Média	2.78	2.71	2.99	2.43	2.45	1.52	1.36
Desvio-padrão	2.08	.76	1.55	.81	.92	1.27	1.11

(*) p<0.05; (**) p<0.01; (***) p< 0.001

não haver diferenças nas variáveis conflito ($\chi^2=.84$, $p=n.s$), coesão ($\chi^2=1.26$, $p=n.s$), violência ($\chi^2=1.99$, $p=n.s$), mau trato ($\chi^2=4.41$, $p=n.s$) e negligência ($\chi^2=3.36$, $p=n.s$) – todas as outras variáveis apresentam correlações moderadas/altas entre si. O Quadro 3 apresenta as médias, desvios-padrão e correlações entre as restantes variáveis incluídas no modelo.

As outras duas variáveis preditoras (acontecimentos de vida e nível socioeconómico) apresentam um padrão de correlações que indica a previsão de relações realizada anteriormente, quer com as variáveis que medem as relações familiares, quer com as práticas parentais. Contudo, as correlações entre as práticas abusivas e as variáveis do contexto social parecem indicar associações menores para o mau trato do que para a negligência (veja-se a importância que o nível socioeconómico da família parece ter na negligência, contrastando a correlação não significativa com o mau trato). Por sua vez, as variáveis mediadoras apresentam também um padrão de relações que indica a importância que estas variáveis possam ter enquanto intervenientes nos processos que ligam o exossistema às práticas parentais.

O EFEITO DE MEDIAÇÃO DAS VARIÁVEIS DE RELAÇÃO FAMILIAR NA RELAÇÃO ENTRE A ESTRUTURA FAMILIAR E AS VARIÁVEIS EXO-SISTÉMICAS E AS PRÁTICAS MATERNAS ABUSIVAS

O Quadro 4 apresenta o conjunto de regressões sequenciais realizadas. Os efeitos directos do nível socioeconómico da família, estrutura familiar e acontecimentos de vida negativos nas práticas maternas encontram-se nas colunas “modelo 1”. Para examinar os efeitos directos destas três variáveis, estas foram regredidas nas medidas das práticas de mau trato e negligência.

Como previsto, os resultados apresentados no Quadro 4 mostram que é possível explicar a variação das práticas de mau trato pelos acontecimentos de vida negativos, mas também pela estrutura familiar, sendo o efeito directo destas variáveis ($\beta=.29$, $p=.006$; $\beta=.31$, $p=.003$, respectivamente), embora só expliquem 13% da variância encontrada.

As mães maltratantes parecem ser sobretudo aquelas que vivem segundas relações maritais, portanto famílias com padrastos, e que mais acon-

QUADRO 4

Resultados das regressões das variáveis preditoras, estrutura familiar e variáveis do exossistema, e das variáveis de mediação de relação familiar na predição das práticas abusivas maternas

Preditores	Práticas maternas			
	Mau Trato		Negligência	
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 1	Modelo 2
<i>Etapas 1</i>				
Estrutura familiar	.31**	.23*	.05	-.02
Acont. de vida negativos	.29**	.17	.21*	.08
Nível socioeconómico	-.09	.07	-.60***	-.52***
<i>Etapas 2</i>				
Violência familiar		.19 ⁺⁺		.26**
Conflito familiar		.05		.11
Coesão familiar		-.12		.01
ΔR^2		.06		.07
ΔF	6.05***	2.32	29.64***	4.84**
Total R^2 Ajustado	.13	.17	.47	.53

(*) $p<0.05$; (**) $p<0.01$; (***) $p<0.001$; (+) $p=.07$; (++) $p=.08$

tecimentos de vida negativos experienciaram no último ano.

Também como previsto, o nível socioeconómico da família é o preditor negativo mais forte da negligência ($\beta = -.60$, $p = .000$) que, associado à medida de *stress* geral (acontecimentos de vida) ($\beta = .21$, $p = .03$), consegue explicar 47% da variância. A estrutura familiar não influi na parentalidade negligente.

O segundo conjunto de análises foi realizado regredindo cada uma das variáveis mediadoras, neste caso, a violência doméstica, o conflito e a coesão familiar sobre as variáveis do contexto social e estrutura familiar. Estes resultados estão sumariados no Quadro 5.

Uma vez que à excepção da estrutura familiar, que não tem qualquer efeito sobre a variável conflito, e que todas as outras se manifestam bons preditores das variáveis mediadoras, passamos à análise das relações de mediação entre os preditores e as práticas parentais abusivas.

A mediação foi testada regredindo as variáveis de mau trato e negligência sobre as variáveis de relação familiar na presença das variáveis iniciais (nível socioeconómico, factores de *stress* global e estrutura familiar). Os resultados são apresentados no Quadro 4, no modelo 2. Para o mau trato ($F(3,92) = 2.32$, $p = .07$), a dimensão estrutura familiar ($\beta = .23$, $p = .02$) continua a ter efeito na equação que incluiu as medidas de percepção materna de ambiente familiar e violência doméstica. E, na

presença destas variáveis, das quais só a violência é tendencialmente significativa, o R^2 continua a ser baixo (.17), indicando que com estas variáveis é difícil explicar o modelo. Contudo, dado a variável “acontecimentos de vida” não apresentar efeito significativo na equação, através do método para testar os efeitos indirectos de Sobel (1982), calculámos o possível efeito de mediação da variável violência. O resultado obtido permite concluir uma relação de mediação desta variável entre os acontecimentos de vida (*stress* global) e as práticas maternas de mau trato ($t(100) = 2.10$, $p = .05$).

Para a negligência ($F(3,92) = 4.84$, $p = .004$), a dimensão violência familiar ($\beta = .26$, $p = .004$) tem um efeito positivo na equação que incluiu todas as medidas. Contudo, na presença desta variável, a relação dos acontecimentos de vida com a negligência deixa de ser significativa ($\beta = .08$, $p = .37$). O teste dos efeitos indirectos permitiu concluir sobre a relação de mediação da violência doméstica ($t(100) = 2.45$, $p = .01$), entre os acontecimentos de vida e as práticas maternas de negligência. No conjunto, 53% da variância da negligência foi explicada pelo nível socioeconómico ($\beta = -.52$, $p = .000$) como um preditor directo e por aquela relação de mediação.

Resumidamente, os resultados do modelo final apresentados na Figura 2 indicam que as variáveis exo-sistémicas e de estrutura familiar são boas preditoras, não só das relações familiares, como das práticas de negligência. Assim, enquanto a violência e conflito familiar parecem ser explicadas

QUADRO 5

Resultados das regressões das variáveis predictoras, estrutura familiar e variáveis do exossistema na predição da violência, conflito e coesão familiar

	Violência	Conflito	Coesão
Estrutura familiar	.20*	.13	-.28**
Nível socioeconómico	-.23*	-.29**	.40***
Acont. vida negativos	.41***	.30***	-.22*
ΔF	11.62***	9.05***	12.38***
Total R^2 Ajustado	.25	.22	.26

(*) $p < 0.05$; (**) $p < 0.01$; (***) $p < 0.001$

por níveis socioeconómicos baixos e acontecimentos de vida negativos, a coesão familiar mantém uma relação inversa com estas variáveis. Também a relação da variável “estrutura familiar” com as relações familiares parece indicar que é nas famílias reconstituídas que parece haver maior violência doméstica e nas monoparentais maior grau de coesão intra-familiar. Relativamente aos dois conjuntos de variáveis na predição das práticas maternas observam-se efeitos directos do nível socioeconómico na negligência e da estrutura familiar no mau trato. Por sua vez, os acontecimentos de vida negativos têm um efeito indirecto através da violência doméstica nas práticas de mau trato e de negligência.

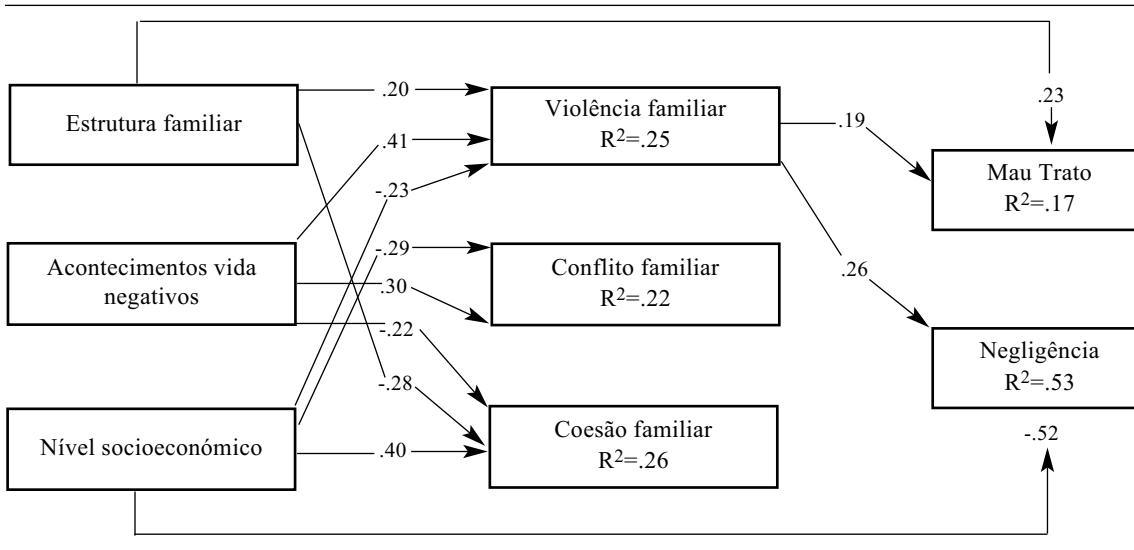
Os resultados indicam ainda que o conflito e a coesão, uma vez controlados os factores do exossistema, não parecem variáveis importantes na explicação das práticas abusivas. E que no conjunto, o modelo proposto, sendo capaz de explicar uma proporção importante da variação da negligência, mostra-se pouco adequado para a compreensão do mau trato.

DISCUSSÃO

Uma pergunta geral motivou as análises que acabam de se relatar. Tratava-se de saber se seria possível explicar as práticas maternas abusivas através dos contextos de relação familiar, a partir duma hipótese geral – a de extravasamento – em que o comportamento num sub-sistema (conjugal e familiar) se transfere para outro sub-sistema familiar (relação pais-filhos). Procurava-se repetir um padrão de resultados com mães abusivas, já anteriormente encontrado com outro tipo de amostras, que mostram que as rupturas familiares, o conflito marital e familiar e a violência doméstica são factores que interferem negativamente nos processos de parentalidade (Belsky, 1984; Easterbrooks & Emde, 1988). Queria ainda mostrar-se que as situações e vivências familiares ganham uma atribuição de significado, sendo os padrões e estratégias de actuação na parentalidade consequência destas avaliações (e.g., Brody, Arias, & Fincham, 1996). Desta forma, procurávamos encontrar uma explicação mais compreensiva, através de variáveis perceptivas sobre a interacção familiar que ligassem os diferentes sub-sistemas (e.g., Bradbury & Fincham, 1989).

FIGURA 2

Resultados do modelo de mediação das relações familiares (violência, coesão e conflito) na relação entre a estrutura familiar e variáveis do exossistema e as práticas maternas abusivas



De uma forma geral, pode dizer-se que este padrão de resultados se repete. Parece existir realmente um grande consenso quanto à interdependência entre as interacções familiares e as interacções pais-filhos. Vejamos então de que forma os resultados obtidos nos modelos propostos corroboram esta ideia.

Com o teste do modelo, pretendeu-se perceber o papel desempenhado pelos contextos relacionais das famílias na parentalidade abusiva e fez-se através de dois pressupostos gerais: que através de um processo de generalização de *stress* as relações familiares modelam o meio educativo, sendo este padrão de relações familiares mantido ou aumentado nas práticas maternas; e que quer as variáveis do exossistema, quer as variáveis relacionais do contexto microsistémico familiar são fundamentais nos processos de mediação que mantêm a relação entre os dois sub-sistemas.

Os resultados obtidos comprovam estes dois pressupostos, sobretudo relativamente à violência doméstica e nas práticas maternas negligentes.

De facto, a violência doméstica desempenha um papel importantíssimo na predição da parentalidade abusiva, através de efeitos directos na negligência e no mau trato, mesmo controlando os factores exo-sistémicos.

A ideia de que a violência doméstica afecta os comportamentos educativos das mães e que a experiência de abuso crónico dificulta a capacidade de dar suporte emocional aos outros, incluindo os próprios filhos parece um dado consensual na literatura. De facto, esta relação verifica-se não só quando esta é relatada pelas próprias mães agredidas que referem a interferência da violência doméstica na sua capacidade para dar afecto e tempo aos filhos, como quando é observada por outros (Levendosky & Graham-Bermann, 2000). Os resultados por nós obtidos parecem confirmar estas conclusões quando se obtêm medidas de avaliação equivalentes por diferentes respondentes², embora os processos de relação entre as diferentes variáveis não pareçam ser lineares. Os resultados obtidos no modelo por nós testado indicam que, apesar das relações entre

as diferentes variáveis familiares com o mau trato e a negligência serem semelhantes, após controlo das variáveis exo-sistémicas, o efeito negativo da violência familiar persiste, mas as medidas de percepção de ambiente familiar não parecem interferir nas práticas. Contudo, se analisarmos estas mesmas variáveis, em conjugação com as competências e suporte social materno, os efeitos obtidos no mau trato e na negligência são bastante semelhantes (Calheiros, 2006). Pena, foi não termos feito a distinção entre a violência doméstica física e psicológica, uma vez que a literatura refere que o abuso psicológico é o aspecto mais importante da violência doméstica na deterioração da parentalidade (Levendosky & Graham-Bermann, cit. in Levendosky & Graham-Berman, 2000). E que é o factor mais fortemente associado aos efeitos traumáticos da violência doméstica (Graham & Rawlings, 1991).

Relativamente aos processos que geram as práticas maternas abusivas os resultados apresentados são também consistentes com a literatura geral que analisa estas questões.

Os resultados obtidos comprovam as várias tentativas de resposta (Conger et al., 1992; Levendosky & Graham-Bermann, 2000) às críticas feitas aos estudos realizados nos últimos trinta anos sobre a parentalidade, que não inserem o contexto educativo no meio mais alargado dos pais (ver Baumrind, 1991). Qualquer uma das variáveis do contexto socio-ecológico é geradora da parentalidade abusiva das mães, contudo, são dois os processos que explicam a relação entre este sub-sistema mais geral, o sub-sistema familiar e a parentalidade abusiva. Relativamente aos efeitos directos, enquanto a estrutura familiar explica a ocorrência do mau trato, o estatuto socioeconómico é o preditor mais significativo dos comportamentos negligentes. Estes resultados coincidem com os de outras investigações sobre pobreza e parentalidade (Conger et al., 1992; Levendosky & Graham-Bermann, 2000) o que, mais uma vez, parece confirmar as necessidades de resposta das mães a um conjunto de factores externos à parentalidade em detrimento das suas funções educativas. Também os efeitos indirectos dos acontecimentos de vida negativos, através da violência doméstica, na parentalidade abusiva (mau trato e negligência) estão de acordo, não só com a investigação que coloca esta variável como um mecanismo de generalização de stress familiar (Levendosky & Graham-Bermann, 2000), como com a literatura específica sobre acontecimentos de vida “*major*”,

² Relembre-se que a medida de violência doméstica foi obtida através dos técnicos e que a avaliação da percepção de ambiente familiar foi obtida pelas mães.

que defende a importância da transmissão dos mecanismos através de acontecimentos que, podendo ser “menores”, têm um carácter diário e crónico nas relações familiares (Pillow, Zautra, & Sandler, 1996).

Os resultados deste estudo tem implicações importantes no desenvolvimento de programas de intervenção e prevenção, assim como no delineamento de políticas que promovam a adaptação das mães à sua função educativa e de protecção dos filhos. Os resultados específicos permitem determinar que factores do contexto e da família predizem a incidência do abuso, e como é que diferem, tendo em consideração os diferentes tipos de abuso materno (mau trato e negligência). Eles indicam que a parentalidade disfuncional pressupõe a compreensão de diferentes estilos parentais e está relacionada com problemas diversos, devendo, por isso, ser dada especial atenção aos processos que ocorrem nos diferentes níveis de inserção dos pais – o contexto social, a família, e a interacção pais-filhos, não sendo a parentalidade o único alvo de avaliação para a intervenção. Por isso, quer a avaliação em diferentes áreas do funcionamento parental (comportamentos, emoções e cognições), quer a compreensão dos contextos particulares da parentalidade devem ser incluídas no delineamento de intervenções específicas.

Seria amplo o trabalho de reflexão sobre as propostas de intervenção se tivéssemos em consideração os resultados obtidos. Não podemos, contudo, deixar de referir duas vertentes necessárias na intervenção com estas famílias.

A primeira remete-nos para uma programação multissistémica e multifacetada da intervenção. Resultados de investigação anterior foram utilizados para se definirem áreas de intervenção a um nível específico face a problemas nos pais ou na criança que estejam associados a disfunção parental. Muitos programas para mães respondem às questões do conflito familiar para tentar alterar as interacções mães-filhos (e.g., Popkin, 1983), para criar mudanças no meio familiar (Brems, 1993), ou para aumentar as competências de resolução de problemas (Rosenberg, Hitchcock, Harrison, & Graham, 1983). Outros centram-se no desenvolvimento de competências maternas de forma a que as dimensões de funcionamento familiar possam ser alteradas e melhoradas (Barkley, 1990). Contudo, questiona-se a eficácia da intervenção individual nos problemas da criança ou das mães como alvos exclusivos dessa inter-

venção, uma vez que estas estão a experienciar dificuldades noutras áreas de vida, como foi concluído no trabalho apresentado. Como refere Brems (1993), os pais em situação de risco talvez beneficiem mais deste tipo de intervenção do que aqueles que já apresentam uma parentalidade de mau trato ou negligência.

Desta forma, os programas de intervenção que reduzam o *stress* e aumentem as competências e os recursos familiares podem contribuir directamente para uma parentalidade mais adequada (e.g., Olds & Henderson, 1989). Para além disso, uma vez constatado o impacto combinado de diferentes factores de *stress* e outros factores socialmente construídos, as intervenções a nível cultural e social podem ser mais eficazes. A parentalidade é um fenómeno psicossocial complexo que está ligado a atitudes, valores, atribuições e comportamentos de outros, e por isso a intervenção deve ter em consideração os contextos sociais da parentalidade, incluindo áreas de conteúdo relacionadas com as ideias e as atitudes sobre educação de forma a alterar as respostas maternas que advêm do sistema de valores sobre as interacções pais-filhos.

A segunda remete-nos para a intervenção preventiva. Os resultados obtidos neste estudo apontam para a importância da intensidade e acumulação de risco na explicação das práticas maternas abusivas. Desta forma, a parentalidade disfuncional deve ser trabalhada através de programas de intervenção preventivos implementados durante a gravidez, ou nos primeiros anos do casamento e da parentalidade, sobretudo quando aspectos problemáticos do funcionamento dos adultos são identificados precocemente. Também os adultos que experienciam problemas noutras áreas de vida mais facilmente apresentam dificuldades parentais. Uma vez que os estilos parentais são mais resistentes à mudança, porque estão ligados aos valores e aos processos extensivos de rede social, a prevenção deverá focalizar-se nas atitudes e comportamentos que podem tornar-se problemáticos, logo que os adultos transitem para a parentalidade. A avaliação precoce de áreas importantes que interfiram na parentalidade pode revelar em que medida as dificuldades gerais e específicas influenciam os pais, dando um quadro mais compreensivo de como a intervenção pode levar à mudança, e sugere aspectos específicos para intervenção na mudança de atitudes e comportamentos prévios à parentalidade e às interacções pais-filhos.

REFERÊNCIAS

- Baron, R. M., & Kenny, D. A. (1986). The moderator-mediator variable distinction in social psychological research: Conceptual, strategic, and statistical considerations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, 1173-1182.
- Barkley, R. A. (1990). *Attention-deficit hyperactivity disorder: A handbook for diagnosis and treatment*. New York: Guilford Press.
- Baumrind, D. (1991). The influence of parenting style on adolescent competence and substance use. *Journal of Early Adolescence*, 11, 56-95.
- Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: a process model. *Child Development*, 55, 83-96.
- Belsky, J., Youngblade, L., Rovine, M., & Volling, B. (1991). Patterns of marital change and parent-child interaction. *Journal of Marriage and Family*, 53, 487-498.
- Bradbury, T. N., & Fincham, F. D. (1989). Behavior and satisfaction in marriage: Prospective mediating processes. *Review of Personality and Social Psychology*, 10, 119-143.
- Brems, C. (1993). *A comprehensive guide to child psychotherapy*. Boston: Allyn & Bacon.
- Brody, G. H., Arias, I., & Fincham, F. D. (1996). Linking marital and child attributions to family processes and parent-child relationships. *Journal of Family Psychology*, 10, 408-421.
- Byrne, C. A., & Arias, I. (1997). Marital satisfaction and marital violence: Moderating effects of attributional processes. *Journal of Family Psychology*, 11, 188-195.
- Calheiros, M. (2006). *A construção social do mau trato e negligência: do senso-comum ao conhecimento científico*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, Ltd.
- Capaldi, D. M., Forgatch, M. S., & Crosby, J. (1994). Affective expression in family problem-solving discussions with adolescent boys. *Journal of Adolescent Research*, 9, 28-49.
- Conger, R. D., Conger, K. J., Elder, G. H., Lorenz, F. O., Simons, R. L., & Whitbeck, L. B. (1992). A family process model of economic hardship and adjustment of early adolescent boys. *Child Development*, 63, 526-541.
- Conger, R. D., McCarty, J. A., Yang, R. K., Lahey, B. B., & Kropp, J. P. (1984). Perception of child, child-rearing values, and emotional distress as mediating links between environmental stressors and observed maternal behavior. *Child Development*, 55, 2235-2247.
- Coulton, W., Korbin, J. E., Su, M., & Chow, J. (1995). Community level factors and child maltreatment rates. *Child Development*, 66, 1262-1276.
- Cox, M. J., Owen, M. T., Lewis, J. M., & Henderson, V. K. (1989). Marriage, adult adjustment, and early parenting. *Child Development*, 60, 1015-1024.
- Cummings, E. M., & Davies, P. (1994). *Children and marital conflict: The impact of family dispute and resolution*. New York: Guilford Press.
- Easterbrooks, M. A., & Emde, R. N. (1988). Marital and parent-child relationships: The role of affect in the family system. In R. A. Hinde, & J. Stevenson-Hinde (Eds.), *Relationships within families: Mutual influences* (pp. 83-103). New York: Oxford University Press.
- Erel, O., & Burman, B. (1995). Interrelatedness of marital relations and parent-child relations: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 118, 108-132.
- Fauber, R., Forehand, R., Thomas, A. M., & Wierson, M. (1990). A mediational model of the impact of marital conflict on adolescent adjustment in intact and divorced families: The role of disrupted parenting. *Child Development*, 61, 1112-1123.
- Fauber, R. L., & Long, N. (1991). Children in context: The role of the family in child psychotherapy. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 59, 813-820.
- Feldman, S. S., Wentzel, K. R., Weinberger, D. A., & Munson, J. A. (1990). Marital satisfaction of parents of preadolescent boys and its relationship to family and child functioning. *Journal of Family Psychology*, 4, 213-234.
- Fine, M. A., & Kurdek, L. A. (1995). Relation between marital quality and (step)parent-child relationship quality for parents and stepparents in stepfamilies. *Journal of Family Psychology*, 9, 216-223.
- Fine, M. A., Voydanoff, P., & Donnelly, B. W. (1993). Relations between parental control and warmth and child well-being in stepfamilies. *Journal of Family Psychology*, 7, 222-232.
- Forehand, R., Brody, G., Long, N., Slotkin, J., & Fauber, R. (1986). Divorce/divorce potential and interparental conflict: The relationship to early adolescent social and cognitive functioning. *Journal of Adolescent Research*, 4, 389-397.
- Goldberg, W. A., & Easterbrooks, M. A. (1984). Role of marital quality in toddler development. *Developmental Psychology*, 20, 504-514.
- Gomes, P. (1982). *Influência no comportamento do recém-nascido do contacto precoce com a mãe*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Medicina, Lisboa.
- Graham, D. L., & Rawlings, E. I. (1991). Bonding with abusive dating partners: Dynamics of the Stockholm Syndrome. In B. Levy (Ed.), *Dating violence: Young women in danger* (pp. 17-25). Seattle, WA: Seal Press.
- Graham-Bermann, S. A., & Levendosky, A. (1998). The social functioning of preschool-age children whose mothers are emotionally and physically abused. *Journal of Emotional Abuse*, 1, 59-84.
- Grych, J. H., & Fincham, F. D. (1990). Marital conflict and children's adjustment: A cognitive-contextual framework. *Psychological Bulletin*, 108, 267-290.
- Guillham, B., Tanner, G., Cheyne, B., Freeman, I., Rooney, M., & Lambie, A. (1998). Unemployment rates, single parent density, and indices of child poverty: Their relationship to different categories of child abuse and neglect. *Child Abuse & Neglect*, 2, 79-90.

- Harold, G. T., & Conger, R. (1997). Marital conflict and adolescent psychological distress: The role of adolescent awareness. *Child Development*, 68, 333-350.
- Harrist, A. W., & Ainslie, R. C. (1998). Marital discord and child behavior problems: Parent-child relationship quality and child interpersonal awareness as mediators. *Journal of Family Issues*, 19, 140-163.
- Holden, G. W., & Ritchie, K. L. (1991). Linking extremal marital discord, child rearing, and child behavior problems: Evidence from battered women. *Child Development*, 62, 311-327.
- Jouriles, E. N., & Farris, A. M. (1992). Effects of marital conflict on subsequent parent-son interactions. *Behavior Therapy*, 23, 355-374.
- Kantor, G., & Jasinski, J. (1998). Dynamics and risk factors in partner violence. In J. Jasinski, & L. Williams (Eds.), *Partner violence: A comprehensive review of 20 years of research* (pp. 1-43). London: Sage.
- Kerig, P. K., Cowan, P. A., & Cowan, C. P. (1993). Marital quality and gender differences in parent-child interaction. *Developmental Psychology*, 29, 931-939.
- Kitzmann, K. M. (2000). Effects of marital conflict on subsequent triadic family interactions and parenting. *Developmental Psychology*, 36, 3-13.
- Levendosky, A. A., & Graham-Bermann, S. A. (2000). Behavioral observations of parenting in battered women. *Journal of Family Psychology*, 14, 80-94.
- Lindahl, K. M., Clements, M., & Markman, H. (1997). Predicting marital and parent functioning in dyads and triads: A longitudinal investigation of marital processes. *Journal of Family Psychology*, 11, 139-151.
- McCloskey, L. A., Figueredo, A. J., & Koss, M. P. (1995). The effects of systemic family violence on children's mental health. *Child Development*, 66, 1239-1261.
- McGuigan, W. M., & Pratt, C. C. (2001). The predictive impact of domestic violence on three types of child maltreatment. *Child Abuse & Neglect*, 7, 869-884.
- Moos, R. H., & Moos, B. S. (1986). *Family and Environment Scale manual* (2nd ed.). Palo Alto, CA: Consulting Psychologists Press.
- O'Brien, M., & Bahadur, M. A. (1998). Marital aggression, mother's problem-solving behavior with children, and children's emotional and behavioral problems. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 17, 249-272.
- Olds, D. L., & Henderson Jr., C. R. (1989). The prevention of maltreatment. In D. Cicchetti, & V. Carlson (Eds.), *Child maltreatment: Theory and research on the causes and consequences of child abuse and neglect*. New York: Cambridge University Press.
- O'Leary, K. D., & Emery, R. E. (1984). Marital discord and child behavior problems. In M. D. Levine, & P. Staz (Eds.), *Developmental variation and dysfunction* (pp. 345-364). New York: Academic Press.
- Owen, M. T., & Cox, M. J. (1997). Marital conflict and the development of infant-parent attachment relationships. *Journal of Family Psychology*, 11, 152-164.
- Patterson, J. M., & McCubbin, H. I. (1983). The impact of family life events and changes on the health of a chronically ill child. *Family Relations: Journal of Applied Family and Child Studies*, 32, 255-264.
- Pillow, D. R., Zautra, A. J., & Sandler, I. (1996). Major life events and minor stressors: Identifying mediational links in the stress process. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 381-394.
- Popkin, M. H. (1983). *Active parenting*. Atlanta, GA: Active Parenting.
- Rutter, M. (1994). Family discord and conduct disorder: Cause, consequence, or correlate? *Journal of Family Psychology*, 8, 170-186.
- Shipman, K. L., Rossman, B. B. R., & West, J. C. (1999). Co-occurrence of spousal violence and child abuse: Conceptual implications. *Child Maltreatment*, 4 (2), 93-102.
- Sobel, M. E. (1982). Asymptotic confidence intervals for indirect effects in structural equation models. In S. Leinhardt (Ed.), *Social methodology* (pp. 290-312). San Francisco: Jossey Bass.
- Sullivan, K. T., & Bradbury, T. N. (1997). Are premarital prevention programs reaching couples at risk for marital dysfunction? *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 65, 24-30.
- Thomson, E., McLanahan, S. S., & Curtin, R. B. (1992). Family structure, gender, and parental socialization. *Journal of Marriage and the Family*, 54, 368-378.
- Vandewater, E. A., & Lansford, J. E. (1998). Influences of family structure and parental conflict on children's well-being. *Family Relations*, 47, 323-330.

RESUMO

Neste artigo analisam-se os efeitos directos de um conjunto de factores exo-sistémicos da família e os efeitos de mediação da violência, coesão e conflito familiar nas práticas maternas abusivas.

102 mães, seleccionadas através do Questionário de Avaliação do Mau Trato e Negligência, responderam a um conjunto de questões sobre a percepção de ambiente familiar (coesão e conflito) e acontecimentos de vida.

Os resultados indicam efeitos directos do nível socio-económico na negligência e da estrutura familiar no mau trato. Os acontecimentos de vida negativos têm um efeito indirecto através da violência doméstica nas diferentes práticas abusivas. Os resultados indicam ainda que o conflito e a coesão, controlados os factores do exossistema, são pouco importantes na explicação das práticas abusivas.

A partir dos resultados são discutidas as implicações dos modelos de mediação na compreensão das práticas abusivas, assim como os programas de intervenção com mães que experienciam stress em diferentes domínios de vida familiar.

Palavras-chave: Factores exo-sistémicos, violência familiar, coesão, conflito, mau trato e negligência.

ABSTRACT

This paper analyses the direct effects of family structure, socio-economic level and negative life events and the mediating role of family violence, cohesion and conflict in mothers' maltreatment and neglect.

One hundred maltreating and negligent mothers participated in this study. The mothers were selected by the scores obtained in a questionnaire evaluating maltreatment and neglect; this was completed by technicians from CPM (Minors' Protection Commission) who also assessed the families' socio-demographic characteristics, and domestic violence. Data collection tools were based on both child-care files and empirical knowledge regarding the child/family.

Both the data about negative life events and family perceptions (cohesion and conflict) was collected in a semi-structured interview with the mothers.

A multiple regression analysis indicated the direct effect of socio-economic level on neglect and also of family structure on maltreatment. The results also pointed out that domestic violence mediated the relationship between the negative life events and maltreatment and neglect. Furthermore it was found that, after controlling the exo-systemic factors, cohesion and conflict were not relevant to understand abusive practices.

The study will contribute to the discussion about the implications of mediating models to understand maltreatment and neglect and also provide the direction for multi-systemic and preventive intervention programs with mothers who experience stress in different domains of family life.

Key words: Exo-systemic factors, family violence, cohesion, conflict, maltreatment and neglect.